

FURTADO; Isabel Dayrell¹, CAVALCANTI; Ana Carolina Abreu²

RESUMO

Pretende-se neste artigo, compreender por meio de um estudo da literatura científica nacional, as possíveis consequências da política habitacional brasileira nos modos de subjetivação construídos pelo habitar. Partindo da perspectiva de que o conceito de habitar vai além do acesso à moradia, propomos articular aqui, o entendimento de habitação ao sentido simbólico de apropriação, pensando as relações de afeto e de pertencimento, e como sua falta pode reafirmar a privação de direitos. O trabalho se debruça em discutir historicamente as políticas habitacionais nacionais, entendendo que a segregação espacial torna-se o maior agente de exclusão territorial, produzindo diversos atropelos sociais e econômicos que têm como consequência a exclusão e a desigualdade social promovendo discriminações que perpetuam a pobreza e a ausência do exercício da cidadania. Os dias atuais revelam uma crise habitacional profunda, de modo que possuir uma habitação tornou-se um fator tranquilizador e satisfatório. Entretanto, a possibilidade de uma residência economicamente acessível e, ao mesmo tempo, estruturalmente suficiente para a segurança e o conforto de seus moradores, é cada vez mais restrita para uma parcela de habitantes. Diante disso, faz-se necessário refletir se as habitações trazem em si mesmas a garantia de um habitar. Para tanto, buscamos no presente artigo aproximar os processos de subjetivação às concepções do habitar a partir de um conjunto de autores que se ocuparam dos conceitos de produção de subjetividade, comunidade e contraconduta, como, Félix Guattari, Michel Foucault, Gilles Deleuze. A busca foi realizada em bases de dados de publicações nacionais, como SciELO, Redalyc, PePSIC e Google Acadêmico. Assim, constatamos que as representações simbólicas alteram tanto as relações de poder quanto as relações no campo das práticas sociais, de maneira a reinventar e valorizar o cotidiano. É nesse sentido que a construção da imagem de um espaço habitado na cidade contribui para a construção de várias outras imagens. As políticas urbanas e sociais, a cultura, a saúde, o comércio, o emprego, o dinheiro, são aspectos que influenciam diretamente o que pode ser produzido em determinado contexto, nos incitando a pensar no Plano Diretor e de que forma deveria assegurar o atendimento das necessidades dos cidadãos quanto à qualidade de vida, à justiça social e ao desenvolvimento das atividades econômicas, isto é, devendo ser asseguradas pelo Estado. Conhecendo as estratégias de subversão e de micropolíticas de resistências, compreendemos a complexidade do tecido urbano e suas possibilidades na produção de soluções práticas para o melhoramento da qualidade da vida e das relações sociais. Assim, procuramos pensar propostas de transposições da construção teórica para uma atuação que viabilize a garantia de direitos.

PALAVRAS-CHAVE: território, política habitacional, subjetivação

¹ Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, isabelfurtado9@gmail.com

² Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, anacarolinabreu@gmail.com